Acervo ISA

Os Yanomani estão finalmente prestes a ganhar o seu parque

Memélia Moreira

O grupo yanomami se constitui no último grande povo primitivo do mundo. Esta afirmativa baseia-se no fato de que estes índios mantêm um pequeno grau de relacionamento com a sociedade branca e em algumas áreas eles nunca mantiveram qualquer contato, embora em outras eles já conheçam todos os males da sociedade ocidental, através da construção de estradas (a Perimetral Norte) e garimpo, quando contraíram algumas doenças que vitimaram cerca de mil índios apenas em uma região.

Eles ocupam tradicionalmente uma extensa área da floresta tropical na região da fronteira entre o Brasil e Venezuela. Espalhados em cerca de 320 aldeias, totalizam, nos dois países, uma população de 16 mil e 400 pessoas. No Brasil eles ocupam as áreas compreendidas no Território Federal de Roraima e Estado do Amazonas, com 203 aldeias e oito mil e 400 índios, que vivem segundo seus padrões culturais tradicionais.

De acordo com o levantamento da Comissão de Criação do Parque Yanomami, composta, entre outros, por Cláudia Andujar, irmão Carlos Zacquini e o antropólogo Bruce Albert, com a colaboração da Comissão Pró-Índio de São Paulo, os yanomami deslocam-se com freqüência e suas aldeias se compõem de apenas uma maloca, onde habitam um número variável de indivíduos, entre 30 e 100.

Mesmo espalhados eles mantêm entre si relações sociais e rituais frequentes formando conjuntos de grupos locais ligados por constantes intercâmbios, que se traduzem em trocas de bens e em alianças matrimoniais. Com isso, «a movimentação entre aldeias ou conjunto de aldeias é, portanto, intensa e fundamental para que se mantenha a dinâmica social e a coesão das comunidades yanomami».

CONTATOS

Até 1973 os contatos entre os yanomami e a sociedade envolvente foram esporádicos: expedições científicas, comissões de limites, missionários, membros da FAB, caçadores, balateiros (extratores de balata e castanheiros). Estes contatos foram, de repente, desenvolvidos de forma agressiva desde 1974, quando chegaram os primeiros grupos de operários para a construção da BR-210, a Perimetral Norte.

A agressão não se deve apenas em termos de invasão territorial, mas principalmente pelas doenças levadas pelas equipes de desmatamento, compostas por subempreiteiros da construtora Camargo Correa. Dois anos mais tarde se sentiam as primeiras consequências deste contato indiscriminado com a desorganização de aldeias, mortes de mais da metade da população próxima à área de desmatamento atingidos por tuberculose, prostituição, doenças venéreas, como observou o professor Orlando Sampaio Silva da Universidade do Pará.

A situação de saúde provocada pela Perimetral Norte, pode ser avaliada a partir dos seguintes dados: na região do Igarapé Repartimento e rios Ajarani e Pacú (altura do quilômetro 45 a 105 do braço oeste da Perimetral Norte) o contato com os trabalhadores da estrada causou a morte de inúmeros índios, reduzindo 13 aldeias a oito pequenos grupos de famílias. Estes dados são da própria Funai.

Este grupo, um dos mais atingidos, vive à beira da estrada, maltrapilhos, famintos, pedindo esmolas aos poucos usuários da estrada (hoje ela é utilizada apenas pela Funai e pela Missão do Catrimani), ou simplesmente vendendo peças de artesanato a preços irrisórios.

No quilômetro 145 foram atingidos por inúmeras epidemias de gripe, farintite e sarampo. Com isso, nos três mêses subseqüentes à chegada dos trabalhadores, a Missão do Catrimani chegou a atender mais de 18 mil casos de doenças, conforme o relatório enviado por esta missão à Delegacia da Funai em Boa Vista, onde se informa que 68 índios morreram de sarampo. Na época (dezembro de 1977) a Funai negou as mortes com freqüentes desmentidos do general Ismarth de Araújo.

O surto de sarampo denunciado pela Missão do Catrimani era o segundo, desde a chegada da estrada, isto num espaço de três anos de contato freqüente com a frente de penetração. A partir daí, a comissão de criação do parque sugeriu ao presidente da Funai, esta semana, um imediato plano de vacinação para o grupo que habita a serra do Surucucu, onde no momento a Docegeo (subsidiária da Vale do Rio Doce) faz pesquisas minerológicas na área, sem que tenha havido qualquer ação da Funai para a vacinação dos índios, o que inevitavelmente provocará surtos de doenças, dizimando mais ainda estes índios.

Embora a área seja reconhecida pelo Radam como insignificante para a lavoura e criação de gado em pasto, ela traz em seu subsolo algumas riquezas minerais, entre elas urânio, cassiterita, o que levou o ex-governador de Roraima, Fernando Ramos Pereira a uma desastrosa declaração à imprensa em março de 1975, quando afirmou: «na minha opinião uma área rica como essa não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas atravancando o desenvolvimento». Em outras palavras, o coronel Fernando Pereira pregava o exterminio rápido dos índios, várias vezes repetido em suas declarações.

Pouco tempo depois das declarações do então governador, a serra do Surucucu — local de maior concentração indígena — foi aberta ao garimpo de cassiterita, dando origem a situações tão graves como a chegada da estrada Perimetral Norte. No momento o garimpo está suspenso, embora políticos de Roraima, como o deputado Júlio Martins tenha feito a defesa obstinada da reabertura da área para os garimpeiros, num discurso proferido recentemente na Câmra Federal. Júlio Martins defende as mesmas idéias do governador Ramos Pereira.

Mesmo suspenso o garimpo, a Companhia Vale do Rio Doce prevê para o ano de 1979 a entrada de 300 operários e técnicos na região do Surucucu. Não fosse apenas os antecedentes alarmantes dos contatos anteriores, o projeto da mineração encontra-se num raio de 80 quilômetros, de aproximadamente 76 aldeias, num total de três mil e 800 índios. Esta prospecção mineral, caso não seja elaborado e executado um rápido programa de vacinação em massa (deixando de lado preconceitos de funcionários da Funai que chegaram a argumentar que a vacinação não foi feita porque os índios se queixavam da dor), esta concentração indígena, a maior do grupo yanomami, será atingida de forma drástica.

Para o presidente da Funai é possível se suspender também as pesquisas que ora vêm sendo feitas pela Docegeo, e a exploração, no caso, ficaria sob responsabilidade da Funai, que reverteria os lucros em benefício da comunidade. Mesmo esta possibilidade carrega aspectos negativos, uma vez que se colocará os índios — estes são os mais arredios — em contato constante da população branca, além da sempre presente possibilidade dos lucros serem consumidos dentro da máquina burocrática da Funai, como acontece com a exploração de riquezas em outras áreas indígenas como Ibirama, serraria de Pucurui na terra dos parakanãs.

De qualquer forma, o Estatuto do Índio prevê exploração de subsolo em área indígena, «por motivos de relevante interesse para o desenvolvimento nacional», desde que os lucros revertam para a comunidade indígena atingida.

COLONIZAÇAO

Além da exploração dos minérios, a terra dos yanomami vem sendo pleiteada pelos projetos de colonização, no caso, o Distritro Agropecuário de Roraima, planejado em 1977, abrangendo 600 mil hectares. O trabalho de demarcação do projeto já se encontra em andamento desde o início de 1978 e de acordo com os autores do projeto, esta colonização «lesa gravemente o direito dos índios yanomami à posse da terra por eles ocupada».

Outros projetos de colonização ameaçam os índios. Na região compreendida entre os rios Ajarani e Apiaú, foram englobados pelos projetos agropecuários, depois que a área foi liberada pela Funai em 1977. Os índios que moram nesta região receberam cerca de 35 mil hectares, mas no entanto esta área está encravada em outra área maior, destinada a projetos agropecuários, o que coloca, evidentemente, os índios em posição extremamente vulnerável, tanto no que se refere à defesa dos limites de seu território como no que diz respeito à conservação do ambiente e equilíbrio ecológico necessários à sua sobrevivência, como afirmam vários antropólogos.

Como as intenções do governo atirgem principalmente à exploração de projetos agropecuários, a demarcação do parque torra-se cada dia mais urgente, levando-se em consideração a rapidez com que os projetos econômicos são executados, em comparação com os projetos sociais.

TERRAS

O parque ora sugerido tem uma longa história. Antes deste projeto, 11 foram apresentados e guardados nas gavetas da Funai, apesar de diversas entidades e estudosos ligados ao problema terham chamado a atenção do órgão para a necessidade urgente de se criar uma área contínua e que atenda às necessidades dos índios.

Com todos estes projetos em mãos, a Fundação Nacional do Índio manifestou-se diversas vezes sobre o problema e muitos relatórios da Funai afirmam que o parque é a unica forma de preservar os índios, mesmo assim o ex-presidente da Funai, geneal Ismarth de Araújo descartou a possibilidade de se criar uma reserva para estes índios. E assim, delimitou adinistrativamente (ou seja, através de um decreto publicado no Diário Oficial) pouco mais de dois milhões de hectares distribuídos em 21 áreas descontínuas, deixando entre elas corredores de cinco a 30 quilômetros. Estes corredores seriam preenchidos por projetos desenvolvimentistas criando no futuro, com a chegada das frentes pioneiras, conflitos semelhantes aos das áreas do Parque Aripuanã, onde os suruís vivem em lutas constantes com os colonos dos projetos do INCRA, transformando a área em local permanente de tensões sociais.

Esta delimitação foi baseada em levantamento aéreo feito pelo órgão, o que por si só é passível de falhas técnicas. Este levantamento apresentou os seguintes erros: 12 aldeias localizadas pelo levantamento não foram consideradas como área indígena pela Funai; 42 aldeias não abrangidas pelas portarias da Funai constam de mapas do Radam; duas áreas declaradas como indígenas não contam com aldeias; três áreas sabidamente de ocupação não foram levadas em conta pelo levantamento aéreo; quatro aldeias deslocaram-se após o levantamento encontrando-se agora fora das áreas declaradas como «de ocupação indígena»; três postos da Funai não são mencionados em seu próprio levantamento aéreo. Com todas estas pequenas falhas ainda há outra: a área de um mínimo de 16 aldeias yanomami não foi declarada pela Funai como de ocupação, o que representa, conforme estimativa a exclusão de pelo menos 800 índios, ou seja, mais de nove por cento da população, uma técnica bastante usada pelas sociedades dominantes no momento em que colonizam uma outra sociedade.

Este levantamento da Funai, com erros facilmente detectáveis, por uma olhada no mapa, custou uma pequena fortuna do precário orçamento do órgão.

Além de não considerar como área indígena terras que tradicionalmente são ocupadas por eles, este levantamento invalidaria qualquer projeto demarcatório que por acaso a Funai viesse a executar, provocando num futuro bem próximo, o grave problema enfrentado por grupos que hoje perambulam sem terras, pelas fazendas, como os nambiquaras, cujas terras foram entregues a 16 empresas agropecuárias.

INVIABILIDADE

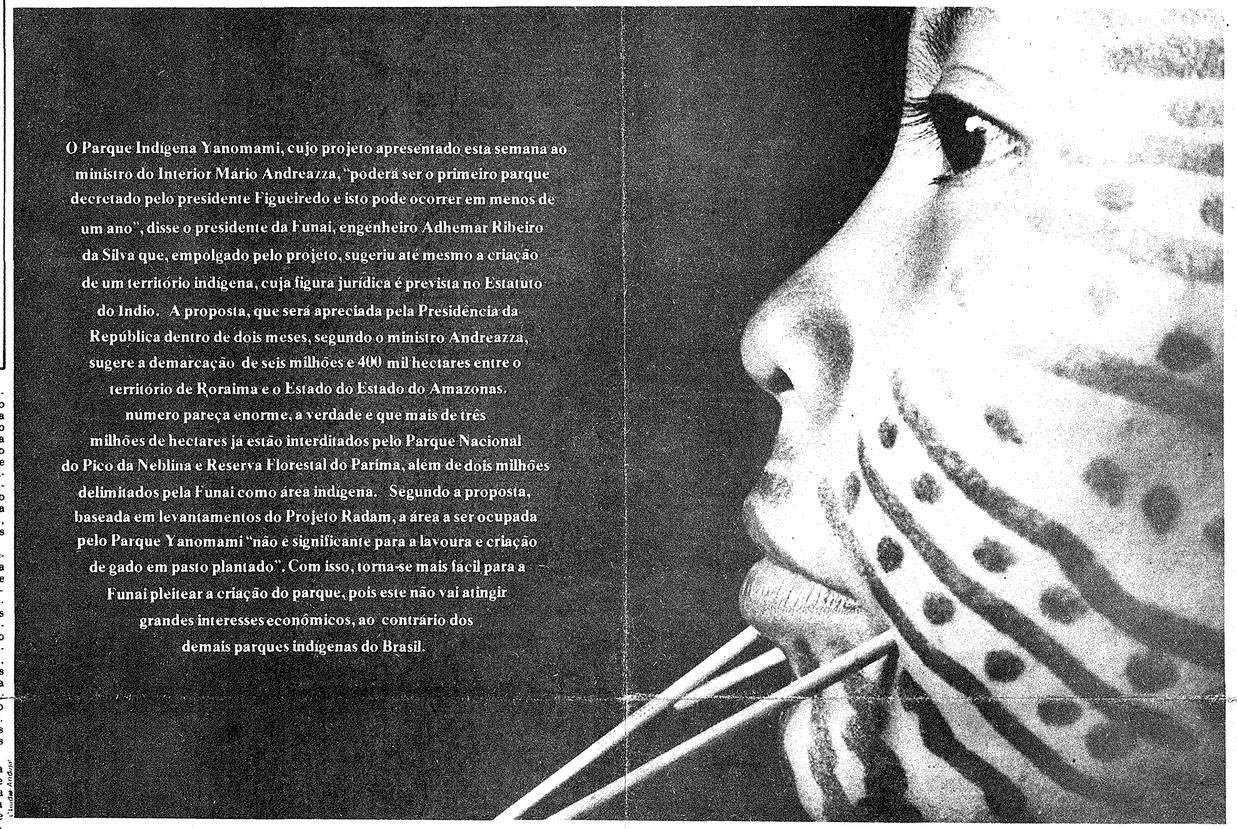
Diante destes erros atirmam antropólogos, médicos e juristas que «é inegável a inviabilidade de um modelo descontínuo de delimitação do território yanomami». Esta inviabilidade decorre de considerações ecológicas e antroplógicas. Como consideração ecológica, a delimitação das áreas de ocupação desconhece as necessidades mais fundamentais de adaptação ecológica de um grupo indígena da floresta amazônica. Limitar os índios à área de sua habitação significa impedir-lhes o acesso à extensa área de onde retiram não apenas 50% das fontes indispensáveis de alimentação. Este fato é ainda mais evidente para os yanomami cujas atividades de caça, pesca, coleta e agricultura, atingem um raio que varia até 15 quilômetros a partir da aldeia.

CAMPANHA

Depois de receber a proposta de criação do parque, o presidente da Funai admitiu que a campanha de coscientização sobre a necessidade do parque «deve ser levada em todos os niveis e em todos os lugares», principalmente porque ninguém mais do que ele sabe das ameaças que pesam sobre uma área indígena. Estas ameaças se encontram até mesmo dentro da Funai na figura do dirigente da Coordenação da Amazônia, general Demócrito de Oliveira, responsável pelas áreas de maior densidade indígena do Brasil.

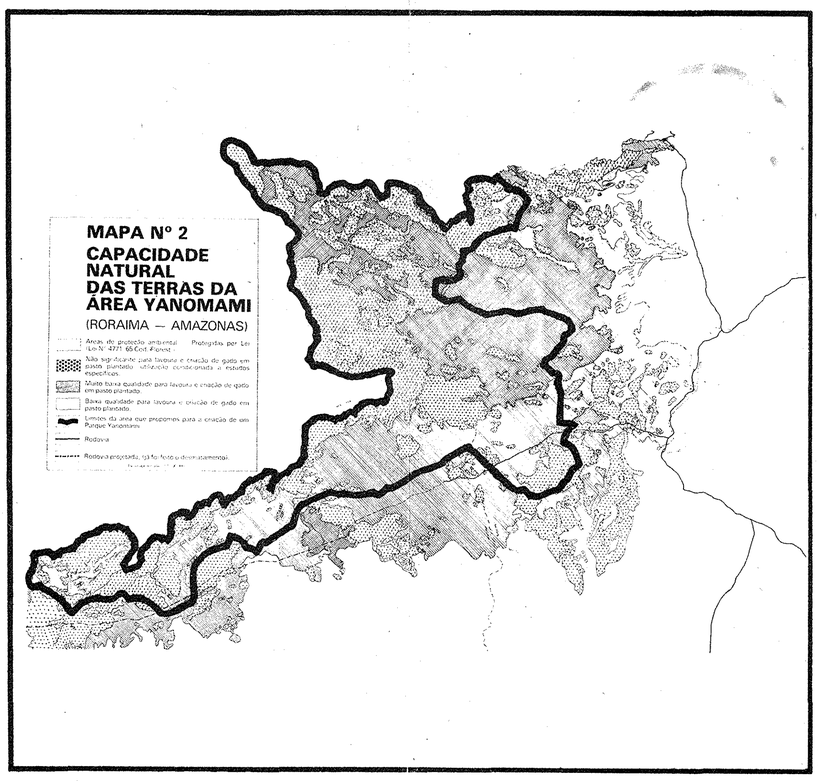
Para ele, os yanomami estão decadentes pois praticam incesto, como ele mesmo disse em carta dirigida ao ex-presidente da Funai, general Ismarth de Araújo. Nesse caso, cabera ao atual presidente do órgão eliminar as diferenças existentes entre seus próprios comandados: os que lutam diáriamente pela sobrevivência física e cultural dos grupos indígenas e aqueles que dentro da Funai enxergam no índio apenas um grupo de «selvagens e ignorantes», presas fáceis para serem exploradas enriquecendo facilmente muitos destes próprios funcionários.

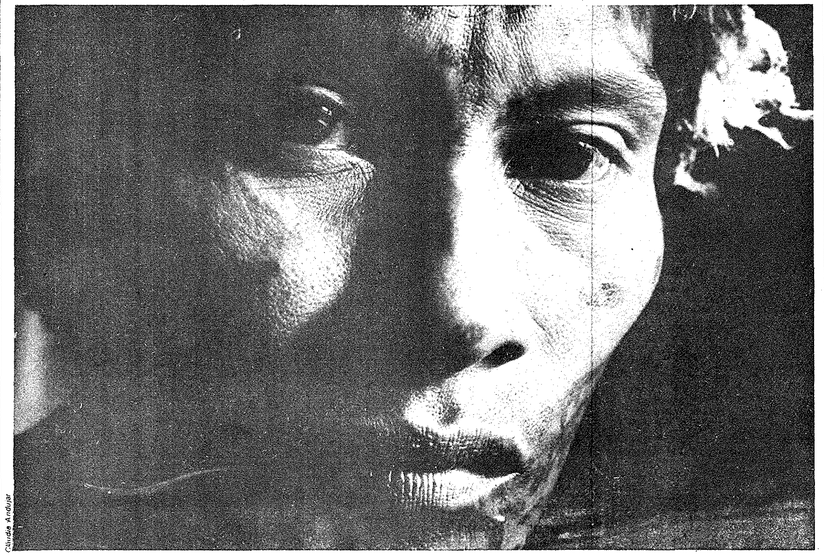
Outra campanha maior será levada a nível nacional tentando sensibilizar toda a população brasileira para a necessidade de se preservar estes índios. Esta segunda campanha encontrará barreiras que se intransponíveis principalmente por parte das grandes empresas agropecuárias e industriais que descobrindo um novo campo de ação pretendem transformar Roraima e as partes ainda inexploradas da Amazônia em um novo «El-Dorado», tal como já ocorreu em Rondônia, vitimando suruís, cinta-largas, pakaa-novas.



O Parque Indígena Yanomami, cujo projeto apresentado esta semana ao ministro do Interior Mário Andreazza, "poderá ser o primeiro parque decretado pelo presidente Figueiredo e isto pode ocorrer em menos de um ano", disse o presidente da Funai, engenheiro Adhemar Ribeiro da Silva que, empolgado pelo projeto, sugeriu até mesmo a criação de um território indígena, cuja figura jurídica é prevista no Estatuto do Índio. A proposta, que será apreciada pela Presidência da República dentro de dois meses, segundo o ministro Andreazza, sugere a demarcação de seis milhões e 400 mil hectares entre o território de Roraima e o Estado do Estado do Amazonas. número pareça enorme, a verdade é que mais de três milhões de hectares já estão interditados pelo Parque Nacional do Pico da Neblina e Reserva Florestal do Parima, além de dois milhões delimitados pela Funai como área indígena. Segundo a proposta, baseada em levantamentos do Projeto Radam, a área a ser ocupada pelo Parque Yanomami "não é significante para a lavoura e criação de gado em pasto plantado". Com isso, torna-se mais fácil para a Funai pleitear a criação do parque, pois este não vai atingir grandes interesses econômicos, ao contrário dos demais parques indígenas do Brasil.

Cláudia Andujar





Cláudia Andujar

Cláudia Andujar